QLUZ NOVA SERRANA CONCESSIONÁRIA DE CIDADE INTELIGENTE SPE S.A.

CNPJ: 44.341.492/0001-54

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Balanço patrimonial	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.930.069	2.634.443
Contas a receber	4	192.056	1.690.369
Estoques	5	665.404	1.201.069
Tributos a recuperar	6	555.943	595.813
Ativo financeiro	8	1.310.449	1.145.932
Despesas antecipadas		13.378	13.693
Outros créditos		128.696	3.674
		5.795.994	**7.284.992**
Não circulante			
Ativo financeiro	8	9.589.609	5.152.291
Tributos a recuperar	6	142.260	142.260
Tributos diferidos	7.2	3.451.189	2.444.952
Realizável a longo prazo		**13.183.057**	**7.739.503**
Intangível	9	1.321.059	1.388.414
Imobilizado	10	91.979	118.318
Direito de uso de arrendamento	11	348.923	362.358
		14.945.017	**9.608.592**
Total do ativo		**20.741.011**	**16.893.585**

Balanço patrimonial	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido/Circulante			
Fornecedores		309.996	1.107.793
Empréstimo e financiamentos	12	1.701.265	–
Obrigações tributárias		2.766	691
Obrigações sociais e trabalhistas		40.230	55.762
Arrendamento a pagar	11	1.855	49.091
Outras obrigações		17.564	17.549
Dividendos	15.3	630.872	90.227
		2.704.549	**1.321.113**
Não circulante			
Partes Relacionadas	14.2	2.765.000	1.640.000
Empréstimo e financiamentos	12	7.059.325	8.692.905
Arrendamento a pagar	11	375.425	273.459
Tributos Diferidos	7.2	4.432.797	3.477.948
		14.632.546	**14.084.312**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	1.980.000	1.800.000
Reservas de lucros		132.815	18.995
Dividendos a disposição da Assembleia Geral Ordinária		1.291.100	–
Prejuízos acumulados		–	(330.836)
		3.403.915	**1.488.159**
Total do passivo e patrimônio líquido		**20.741.011**	**16.893.585**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva Legal	Dividendos a disposição da Assembleia Geral Ordinária	Lucro (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.800.000**	–	–	**(601.517)**	**1.198.483**
Redução do capital social	180.000	–	–	–	**180.000**
(–) Capital social a integralizar	(180.000)	–	–	–	**(180.000)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	379.903	**379.903**
Destinações:					
Reserva legal	–	18.995,13	–	(18.995)	–
Dividendos mínimos obrigatório	–	–	–	(90.227)	**(90.227)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.800.000**	**18.995**	–	**(330.836)**	**1.488.159**
Integralização de Capital Social	180.000	–	–	–	**180.000**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.276.402	**2.276.401**
Destinações:					
Reserva legal	–	113.820	–	(113.820)	–
Dividendos mínimos obrigatório	–	–	–	(540.645)	**(540.645)**
Dividendos a disposição da Assembleia Geral Ordinária	–	–	1.291.100	(1.291.100)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.980.000**	**132.815**	**1.291.100**	–	**3.403.915**

Demonstrações do resultado	Nota explicativa	2024	2023
Receitas operacionais	16	9.195.236	9.795.000
Custo de construção	17	(2.395.632)	(5.138.191)
Custo de operação	17	(1.829.799)	(2.207.405)
Custo de Aporte	17	(1.475.431)	–
(=) Lucro bruto		**3.494.375**	**2.449.405**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(811.899)	(675.801)
Outras receitas		587.185	–
Lucro antes da receita e despesas financeiras e impostos		**3.269.661**	**1.773.603**
Receitas financeiras	18	74.884	53.382
Despesas Financeiras	18	(1.359.945)	(873.311)
Lucro antes dos impostos		**1.984.600**	**953.674**
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.1	291.802	(573.771)
Lucro líquido do exercício		**2.276.402**	**379.903**
Lucro líquido/(prejuízo) por ação		**1,14**	**0,19**

Demonstrações do resultado abrangente	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**2.276.402**	**379.903**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**2.276.402**	**379.903**

Demonstrações dos fluxos de caixa	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido do período	**2.276.402**	**379.903**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Depreciação e amortização	109.931	94.030
Baixa imobilizado	440	–
Tributos diferidos	(51.389)	1.324.964
Juros provisionados sobre arrendamento mercantil	115.304	–
Apropriação dos custos dos empréstimos	1.237.359	–
Resultado ajustado	**3.688.047**	**1.798.897**
(Redução)/aumento líquido nos ativos		
Ativo financeiro	(4.601.835)	(6.387.434)
Contas a receber	1.498.313	(1.576.740)
Estoques	535.666	(1.147.047)
Tributos a recuperar	39.870	(560.625)
Outros créditos	(124.707)	2.129
(Redução)/aumento líquido nos passivos		
Fornecedores	(797.797)	1.056.257
Obrigações tributárias	2.075	351
Arrendamento mercantil a pagar	–	267.216
Obrigações sociais e trabalhistas	(15.532)	36.499
Outras obrigações	14	89.577
	224.117	**(6.420.920)**
Juros pagos arrendamento mercantil	(61.271)	(5.041)
Juros pagos empréstimos	(1.237.359)	–
Caixa líquido gerado/consumido das atividades operacionais	**(1.074.513)**	**(6.425.960)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(960)	(5.423)
Adições direito de uso	–	(362.358)
	(960)	**(367.781)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas - mútuos	1.125.000	500.000
Integralização de Capital	180.000	–
Distribuição de dividendos	–	(90.227)
Pagamento de arrendamento de mercantil	(1.585)	60.375
Captação de empréstimos	67.685	8.692.905
Caixa gerado/consumido nas atividades de financiamento	**1.371.100**	**9.163.053**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**295.627**	**2.369.312**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.634.443	265.131
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.930.070	2.634.443
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**295.627**	**2.369.313**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais: A QLuz Nova Serrana Concessionária de Cidade Inteligente SPE S.A. ("Companhia"), adota o nome fantasia QLuz Nova Serrana, com sede na Rua Vital Paulino Pereira, nº 07, Sala 204, CEP: 35.520-110, Bairro Centro, Nova Serrana, Estado de Minas Gerais. A Companhia é uma sociedade de propósito específico fundada em 23 de novembro de 2021, exclusivamente dedicada à execução do objeto da Concorrência Pública promovida pelo Município de Nova Serrana, por intermédio da Prefeitura Municipal de Nova Serrana, para parceria público-privado (PPP), na modalidade concessão administrativa, dos serviços de eficientização, operação e manutenção da iluminação pública e da implantação, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações do Município de Nova Serrana/MG. O Prazo de vigência do contrato é de 25 (vinte e cinco) anos. **2. Base de preparação: 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 22 de abril de 2024 e serão posteriormente ratificadas pela assembleia de acionistas. Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, taxas de retorno sobre o ativo financeiro, provisões e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.2.2. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração:** O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. **Classificação - Ativos e passivos financeiros:** O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). **Redução ao valor recuperável (*impairment*) - ativos financeiros e ativos contratuais:** O CPC estabelece um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Esse modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. **2.2.3. Estoques:** De acordo com o CPC 16 (R1) Estoques, os estoques são registrados pelo custo de aquisição. O custo desses estoques é reconhecido quando ocorre a efetiva aplicação na manutenção ou na construção. **2.2.4. Imobilizado:** Demonstrado ao custo, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 10. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **2.2.5. Ativo financeiro:** A Companhia reconhece ativo financeiro, contrato de concessão, de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 Contrato de Concessão e do pronunciamento contábil CPC 47 Receita de Contrato de Clientes, na medida em que é satisfeita a obrigação de construir e implementar a infraestrutura, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida à receita de construção, que é reconhecida com base nos gastos incorridos. Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, são reconhecidos: (i) a receita de construção baseada nos gastos incorridos, não sendo atribuída margem de construção, e (ii) os respectivos custos e encargos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados. Posteriormente, a receita sofrerá alteração em função da inflação, à medida em que ocorrerá a prestação de serviços, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. A amortização do ativo financeiro é realizada à medida que a contraprestação é recebida e atualização do contrato é calculada com base na taxa de retorno do modelo financeiro acrescido da inflação estipulada no contrato de concessão. **2.2.6. Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **2.2.7. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **2.2.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.2.9. Reconhecimento de receita: Serviços de iluminação pública:** As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **a) Receita de construção:** Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se PIS e COFINS e margem de construção ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente); **b) Remuneração do ativo de contrato de concessão:** Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura. Dessa forma, a soma das contraprestações futuras não representa o seu efetivo valor presente, estando o ativo financeiro sob o alcance do CPC 12 Ajuste a Valor Presente. Tal ajuste enseja o reconhecimento de receita financeira pelo concessionário. A definição da taxa de desconto aplicada teve como parâmetro a taxa interna de retorno do referido projeto. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão, determinado na data de início de cada contrato de concessão; **c) Receita de operação e manutenção:** Serviços de operação e manutenção das instalações de iluminação pública, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização. **2.2.10. Impostos correntes e diferidos: Lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **2.2.11. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024. Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 -** exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; **b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 -** classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras -** A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações** - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	296.570	1.279
Aplicações financeiras	2.633.499	2.633.163
	2.930.069	**2.634.443**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa.

4. Clientes:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Município de Nova Serrana	192.056	1.690.369
	192.056	**1.690.369**

5. Estoques:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Estoque de Mercadorias	665.404	1.201.069
	665.404	**1.201.069**

6. Tributos a recuperar:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
ICMS a recuperar	34	34
ISS a recuperar	9.226	–
PIS a recuperar	118.501	127.466
COFINS a recuperar	544.731	586.551
Imposto de renda a recuperar	24.478	12.221
Contribuição social a recuperar	1.232	1.519
INSS a recuperar	–	10.282
	698.203	**738.073**
Circulante	555.943	595.813
Não circulante	142.260	142.260

7. Imposto de Renda e Contribuição Social: 7.1. Tributos correntes: No exercício de 2024 a Companhia optou pelo regime de lucro real, os quais estão detalhados a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do IR e CSLL	1.984.600	953.674
Total de adições	4.893.061	3.631.186
Total de exclusões	(9.837.182)	(10.883.272)
(=) Prejuízo fiscal	(2.959.521)	(6.298.412)
Alíquota nominal combinada do Imposto de Renda e Contribuição Social	34%	34%
Prejuízo fiscal e base negativa	1.006.237	2.141.460
Diferenças temporárias	(714.436)	(2.715.231)
Lucro/(prejuízo) real	2.276.401	379.903
Imposto de Renda e Contribuição Social líquidos	291.802	(573.771)

7.2. Tributos diferidos: A Companhia constituiu os impostos diferidos sobre ao ativo financeiro, principalmente as receitas de construção, os valores a serem tributados no futuro quando da realização efetiva do ativo financeiro. Demonstramos a seguir a composição dos tributos diferidos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal	2.537.639	1.797.759
Base negativa	913.550	647.193
Impostos diferidos ativos	**3.451.189**	**2.444.952**
PIS diferido	(178.778)	(135.893)
COFINS diferido	(823.462)	(625.934)
IRPJ diferido	(2.522.468)	(1.997.148)
CSLL diferido	(908.089)	(718.973)
Impostos diferidos passivos	**(4.432.797)**	**(3.477.948)**
	(981.608)	**(1.032.996)**
Ativo fiscal diferido	3.451.189	2.444.952
Passivo fiscal diferido	(4.432.797)	(3.477.948)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Tributos diferidos líquidos	(981.608)	(1.032.996)

8. Ativo financeiro:

	2024	2023
Saldo inicial	**6.298.222**	**(89.211)**
Receita de construção	3.156.808	7.379.270
Receita financeira	221.532	45.881
Reclassificação contas a receber (i)	1.356.617	–
Contraprestações reconhecidas	(133.122)	(1.037.718)
Ativo financeiro	**10.900.057**	**6.298.222**
Ativo circulante	1.310.449	1.145.932
Ativo não circulante	9.589.609	5.152.291

A Companhia foi constituída para atendimento ao contrato de concessão nº 058/2022, firmado com o município de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais. O objeto do contrato é a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços de eficientização, operação e manutenção da iluminação pública e da implantação, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações do município de Nova Serrana, com prazo de vigência de 25 anos, contado a partir da data de sua assinatura, em 10 de abril de 2023. O ICPC 01 (R1) Contrato de Concessão, indica que o contrato de concessão como ativo financeiro, dado que o recebimento é garantido pelo poder concedente, ser registrados e mensurados de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, o método adotado para mensuração do ativo foi o de mensuração do progresso. Até 31 de dezembro de 2024 foram realizados investimentos de R$ 13.892.776 nas obras previstas no contrato, segregados em custos de construção e custos de operação, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2024	2023	2022	2021	Total
Custos de construção	2.395.632	5.138.191	228.548	–	**7.762.370**
Custos de operação	1.829.799	2.207.405	607.585	10.187	**4.654.975**
Custos de aporte	1.475.431	–	–	–	**1.475.431**
	5.700.861	**7.345.595**	**836.132**	**10.187**	**13.892.776**

(i) Administração revisou a modelagem financeira do ativo financeiro e como resultado desta houve a revisão das segregações dos serviços prestados, onde foi atribuído que a amortização das receitas passou a priorizar a compensação dos serviços de operação e manutenção, sendo o componente de ativo financeiro reconhecido de forma subsequente. Desta forma, houve a reclassificação do contas a receber para o ativo financeiro que terá sua amortização ao longo do contrato de concessão, mediante ao recebimento da contraprestação financeira. Não havendo outros impactos nas demonstrações contábeis. **9. Intangível:** Como parte do processo licitatório a Companhia é responsável pelos custos do projeto referente aos custos de elaboração dos estudos técnicos, econômico-financeiro e jurídicos necessários contratos pelo poder concedente para viabilizar a Parceria Pública Privado, sendo estes amortizados ao longo da concessão.

	Taxa anuais de depreciação	Custo	Amortização	Intangível 31/12/2024	Intangível 31/12/2023
Projetos	4%	1.528.120	(207.061)	1.321.059	1.388.414
		1.528.120	**(207.061)**	**1.321.059**	**1.388.414**

10. Imobilizado:

	Taxa anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado 31/12/2024	Imobilizado 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	20%	17.221	(3.366)	13.855	14.981
Móveis e utensílios	10%	30.737	(7.671)	23.066	26.140
Computadores e periféricos	10%	110.691	(55.633)	55.058	77.197
		158.649	**(66.670)**	**91.979**	**118.318**

Demonstramos a seguir a movimentação do imobilizado líquido

	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	33.733	960	(440)	(1.646)	32.606
Móveis e utensílios	7.388	–	–	(3.074)	4.314
Computadores e periféricos	77.197	–	–	(22.139)	55.058
	118.318	**960**	**(440)**	**(26.859)**	**91.979**

	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	30.479	4.716	–	(1.462)	33.733
Móveis e utensílios	10.462	–	–	(3.074)	7.388
Computadores e periféricos	98.630	706	–	(22.139)	77.197
	139.570	**5.423**	**–**	**(26.675)**	**118.318**

Análise de redução ao valor recuperável de ativos - "*impairment*": De acordo com o CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2024 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação. Não foram cedidos bens em garantia de empréstimos ou outros compromissos. **11. Direito de uso:** Em conformidade com a adoção do CPC 06 (R2) Arrendamentos, os efeitos sobre as demonstrações contábeis são:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bens de direito de uso - arrendamento		
Saldo inicial	362.358	377.888
Adição/remensuração	2.282	–
Depreciação	(15.717)	(15.530)
	348.923	**362.358**
Passivo de arrendamento		
Saldos iniciais	322.550	377.888
Adição/remensuração	2.282	–
Pagamento	(62.856)	(60.379)
Juros incorridos	115.304	5.041
	377.280	**322.550**
Circulante	1.855	49.091
Não Circulante	375.425	273.459
	377.280	**322.550**

12. Empréstimos e financiamentos: As contas de empréstimos e financiamentos são compostas pelas operações financeiras individualizadas, com as respectivas taxas, encargos, valores e demais dados, conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Modalidade	Encargos nominais ao ano (%)	31/12/2024	31/122023
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG	Financiamento	4,00%	8.760.590	8.692.905
Passivo circulante			1.701.265	–
Passivo não circulante			7.059.325	8.692.905
			8.760.590	**8.692.905**

O montante a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	31/12/2024	31/12/2023
2024	–	–
2025	1.701.265	1.701.265
2026	1.731.804	1.731.804
2027	1.633.342	1.633.342
Após 2028	3.694.179	3.626.494
	8.760.590	**8.692.905**

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desse empréstimo. Adicionalmente, foi realizada cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos das receitas da contraprestação mensal efetiva pagas pelo poder concedente à Companhia referentes ao contrato de concessão assinado pela Companhia e a Prefeitura Municipal de Nova Serrana, no montante de R$ 600.000 (seiscentos mil reais). Os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2024 não possuem cláusulas restritivas de manutenção de indicadores econômico-financeiros, bem como não ocorreram neste exercício operações com derivativos ou que possuam exposição à variação cambial. **13. Provisões para contingências:** A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. Em decorrência da inexistência de ações com probabilidade de perda provável na qual seja parte em 31 de dezembro de 2024, não foi constituída provisão para contingências. **14. Partes relacionadas: 14.1. Administradores:** A Companhia é administrada por uma Diretoria composta por dois membros. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. **14.2. Saldo com parte relacionada:** O saldo entre parte é demonstrado a seguir:

Parte relacionada		Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Quantum Engenharia Ltda.	Controladora	Mútuo	2.765.000	1.640.000
			2.765.000	**1.640.000**

As condições de mútuo são realizadas em condições entre partes relacionadas, não havendo incidência de juros e por prazo indeterminado. **15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social:** É dividido em 1.980.000 (um milhão e novecentos e oitenta mil) ações nominais, sendo todas ações ordinárias, no valor de R$ 1 (um Real) cada uma, o qual monta R$ 1.980.000 (um milhão e novecentos e oitenta mil reais), representando a totalidade do capital social em 31 de dezembro de 2024:

Capital Social	2024	2023	%
Quantum Engenharia Ltda.	1.980.000	1.980.000	100
(–) Capital a integralizar	–	(180.000)	
	1.980.000	**1.800.000**	**100**

15.2. Reserva Legal: A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **15.3. Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei n° 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	2.276.401	379.903
Constituição de reserva legal (Nota n° 17.2)	(113.820)	(18.995)
Base para dividendos obrigatórios	**2.162.581**	**360.907**
Destinação:		
Dividendos obrigatórios	540.645	90.227
Lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária	1.291.100	(330.836)
Movimentação de Dividendos a pagar:		
Saldo Inicial	90.227	–
Destinação	540.645	90.227
Saldo Final	**630.872**	**90.227**

16. Receita operacional líquida:

Descrição	2024	2023
Receita de construção	3.156.808	7.379.270
Receita operacional	2.771.378	3.397.742
Receita financeira	221.532	45.881
Receita de aporte	3.624.609	–
(–) Deduções da receita bruta	(579.091)	(1.027.894)
Receita líquida	**9.195.236**	**9.795.000**

17. Custos e despesas por natureza: Os custos e despesas comerciais e despesas gerais e administrativas, por natureza, estão demonstradas da seguinte maneira:

	2024	2023
Modernização de iluminação pública	(1.492.630)	(4.286.944)
Telegestão	(346.330)	(33.599)
Demanda reprimida	(51)	(148.365)
Telecom	(1.003.775)	(47.046)
Bens reversíveis	(3.702)	(1.198)
Locação de Bens	–	(29.033)
Pessoal	(332.818)	(1.028.371)
O&M Iluminação pública	(713.916)	(1.307.510)
Seguros	(18.371)	(24.946)
Veículos	(229.740)	(343.714)
Máquinas e Equipamentos	(2.339)	(3.538)
Depreciação e amortização	(109.931)	(94.030)
Obras de aporte	(1.475.431)	–
Instalações sede	(4.699)	(21.201)
Utilidades de consumo	(28.066)	(26.991)
Serviços de terceiros	(701.866)	(499.628)
Despesas de viagens	(17.264)	(10.396)
Despesa tributária	(31.829)	(114.182)
Outras Despesas	–	(703)
	(6.512.760)	**(8.021.397)**

	2024	2023
Custos de construção	(2.395.632)	(5.138.191)
Custos de operação	(1.829.799)	(2.207.405)
Custos de Aporte	(1.475.431)	–
Despesas administrativas	(811.899)	(675.801)
	(6.512.760)	**(8.021.397)**

18. Resultado Financeiro: O resultado financeiro, por natureza, está demonstrado da seguinte maneira:

	2024	2023
Juros recebidos	107	19
Desconto obtidos	377	184
Juros s/aplicação financeira	74.400	53.179
Juros de mora	(915)	(1.978)
Juros s/Arrendamento	(115.304)	(5.041)
Juros s/Empréstimos	(1.237.359)	(705.922)
IOF	(6.367)	(160.370)
	(1.285.061)	**(819.930)**

	2024	2023
Receita financeira	74.884	53.382
Despesa financeira	(1.359.945)	(873.311)
	(1.285.061)	**(819.930)**

19. Instrumentos financeiros: 19.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. **19.2. Política de gestão de riscos financeiros:** A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira. Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. **19.3. Risco de crédito:** A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento da carteira e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. **19.4. Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira. **19.5. Risco de mercado:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. **20. Seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **21. Eventos subsequentes:** Não existem eventos subsequentes.

Diretoria

Ailton de Souza
Ailton de Souza Filho

Contador

Carlos Augusto Policarpo Dias - CRC MG 93.093

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Qluz Nova Serrana Concessionária de Cidade Inteligente SPE S.A. -** Florianópolis - SC. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **QLuz Nova Serrana Concessionária de Cidade Inteligente SPE S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **QLuz Nova Serrana Concessionária de Cidade Inteligente SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis que representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

BDO

Florianópolis, 24 de abril de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SC 000202/F-1

Márcio Silva
Contador
CRC 1 RS 078817/O-2 - S - SC

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia **26/04/2025**

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicidade Legal** no portal do **Jornal Diário do Comércio.** Acesse também através do link:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/26-04-2025-p4/